

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.029 - PE (2019/0210584-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**
RECORRIDO : **SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE PERNAMBUCO**
RECORRIDO : **EVANDRO DE OLIVEIRA CAVALCANTI**
RECORRIDO : **EVA VIEIRA LEAL**
RECORRIDO : **EUZEBIO JOSE DE ARRUDA**
RECORRIDO : **EUSTAQUIO RODRIGUES BEZERRA**
RECORRIDO : **EURYDICE ADEILDA LEITE**
RECORRIDO : **EURIDES LIMA DO CARMO**
RECORRIDO : **EURICO LUSTOSA DO NASCIMENTO ALENCAR**
RECORRIDO : **EURICO DIAS DE LIMA**
RECORRIDO : **EUGENIO RODRIGUES BEZERRA JUNIOR**
ADVOGADOS : **CLETO ARLINDO DA COSTA ALBUQUERQUE - PE014568**
JULLY ANNY BEZERRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE026302

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. CRÉDITOS JÁ DEPOSITADOS. PEDIDO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. DESCABIMENTO.

1. Agravo de instrumento manejado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE contra decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco que, em sede de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, homologou a habilitação processual dos sucessores do exequente falecido Eurico Dias de Lima.

2. Não assiste razão à agravante, no que se refere à consumação da prescrição da pretensão executória. Sob sua ótica, transcorreram mais de cinco anos entre o pedido de habilitação dos sucessores e o óbito do substituído.

3. Sucede que, no caso presente, já existem valores depositados em nome do falecido, ou seja, em nome do exequente Eurico Dias de

Lima. Desse modo, não se cuida de discussão acerca da prescrição para habilitação de sucessores. Em verdade, a questão frequente tão só a seara de inventário e partilha (se o caso). Dito de outra forma, não há falar em consumação de prazo prescricional para que os sucessores do falecido exerçam sua pretensão executória, de modo a perseguir a satisfação de seu direito consagrado em título judicial transitado em julgado. O caso, diferentemente, concerne à simples habilitação para a percepção de créditos já depositados, porquanto já ultimada a fase de execução (cumprimento de sentença, na dicção do legislador).

4. Agravo de Instrumento desprovido" (fl. 150e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 183/194e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INOCORRÊNCIA. REJULGAMENTO. DESCABIMENTO.

1. Embargos de declaração que suscitam a existência de omissões, contradições, obscuridades, ou erros materiais no que toca a aspectos do julgamento.

2. Em verdade, o que pretende o embargante é o acolhimento da interpretação que reputa correta a determinados dispositivos legais, mas tal configura pretensão a re julgamento.

3. Embargos de declaração desprovidos" (fl. 293e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 265, I, e 267, II, do CPC/73 (arts. 313, I, e 485, II, do CPC/2015), 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, 196 e 199, I, do Código Civil sustentando que

"DA CONTRARIEDADE AO ART. 1022, II, C/C ART. 489, § 1º, DO NCPC

Pretendeu o recorrente, nos Embargos de Declaração opostos, o saneamento de omissões/contradições existentes no acórdão e obter do Tribunal um pronunciamento expresse a respeito dos dispositivos legais que tratam da matéria.

Entretanto, com a devida vênia, em que pese o teor da decisão proferida no recurso aclaratório, não restou efetivamente apreciada a

matéria em confronto com os dispositivos violados.

Veja-se que o acórdão dos embargos declaratórios manteve o seu posicionamento, alegando não haver omissão, pelo que inexistiria vício a ser sanado.

Ocorre que não houve manifestação completa sobre os artigos 265, I, e 267, II, do CPC/73 (arts. 313, I e 485, II, do CPC/15) e artigos 196 e 199, I, do CC.

(...)

Posto isso, requer seja decretada a nulidade do acórdão, retornem os autos ao E. Tribunal a quo, ensejando-se o devido prequestionamento.

Por outro lado, sucessivamente e ad cautelam, caso Vossas Excelências entendam que a matéria já se encontra devidamente prequestionada, passa a apresentar razões para reforma do acórdão.

DA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 265, I, E 267, II, DO CPC/73 (ARTS. 313, I E 485, II, DO CPC/15) E ARTS. 196 E 199, I, DO CC

Conforme se verifica do acórdão recorrido, o ex-servidor, Eurico Dias de Lima faleceu em 03/06/2011. Entretanto, a habilitação dos herdeiros apenas foi promovida em 07/08/2017.

Quanto ao tema em discussão, convém observar o que dispõe o Código Civil a respeito da prescrição:

(...)

Tem-se, dessa forma, que por determinação expressa constante no Código Civil, a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra seu sucessor, salvo se sobrevier alguma causa impeditiva ou suspensiva da prescrição.

A respeito da prescrição da pretensão executória, é assente no seio jurisprudencial o entendimento de que a fluência de tal prazo se inicia com o trânsito em julgado do título.

(...)

Dessa forma, a partir do trânsito em julgado do título executivo começou a fluir o prazo prescricional, pelo lapso de cinco anos, para sua execução (do título).

Destaque-se, por oportuno, que as causas impeditivas/suspensivas da fluência do prazo prescricional constituem matéria de reserva legal, ou seja, de modo que somente podem ser consideradas como tal as situações taxativamente previstas em lei.

Assim, e analisando-se o caso dos autos à luz da legislação regente da matéria, em especial os arts. 197 a 199 do CC, vê-se que não ocorreu nenhuma das situações indicadas em lei como hábeis a suspender e/ou impedir o curso do prazo quinquenal de prescrição da pretensão

executória.

Ao contrário, consoante se vê dos dispositivos legais acima, por força dicção expressa, o óbito não constitui causa impeditiva/suspensiva da prescrição, já que esta, quando iniciada contra uma pessoa, continua a correr contra seus sucessores (art. 196, do CC).

Sendo assim, é forçoso concluir que a fluência do prazo prescricional em questão, iniciada com o trânsito em julgado do título se ultimou por não ter ocorrido qualquer causa impeditiva ou suspensiva da prescrição.

Assim, se após o óbito o sucessor não se digna a promover sua habilitação no feito em apreço, é lícito concluir pela impossibilidade de ser dado prosseguimento à execução dos valores que seriam devidos ao de cujus, em razão da incidência da prescrição da pretensão executiva.

E não se diga que a prescrição da pretensão executiva esteve suspensa durante todo o lapso temporal decorrido entre o falecimento da parte autora e a habilitação de seus sucessores.

Isso porque, consoante se disse, SOMENTE PODEM SER CONSIDERADAS CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO AS SITUAÇÕES EXPRESSAMENTE PREVISTAS EM LEI COMO TAL.

Ocorre que, no ordenamento, a única consequência decorrente do falecimento da parte é de ordem processual, consistente na suspensão do feito. É precisamente isto que se lê no art. 265, I, do CPC, *verbis*:

(...)

Vê-se, portanto, que única consequência decorrente da morte da parte é a suspensão do processo, não tendo tal fato qualquer repercussão sobre o direito material nele debatido, ao menos não no tocante à prescrição, que, uma vez iniciada contra o falecido autor, permanece em curso contra seus eventuais sucessores.

Por outras palavras, para que a morte da parte tivesse o condão de suspender, não apenas o processo, mas, também, o curso do prazo prescricional, far-se-ia necessário que houvesse determinação legal expressa neste sentido, o que, repise-se, não há.

Assim, e uma vez que inexistente dispositivo de lei prevendo explicitamente que o falecimento da parte constitui causa impeditiva/suspensiva da fluência do prazo prescricional, é forçoso concluir que já incidiu, no caso dos autos, a prescrição da pretensão executória.

(...)

Ante o exposto, e considerando que o pedido de habilitação foi feito

após 5 (cinco) anos da data do óbito do servidor, faz-se imperioso que seja reconhecida a prescrição da pretensão executória, nos termos da Súmula 150 do STF c/c o art. 1º, do Decreto 20.910/32, bem como a ofensa aos artigos 196 e 199 do CC" (fls. 320/329e).

Por fim, requer "sejam conhecidas e acolhidas as razões ora apresentadas para dar integral provimento ao presente Recurso Especial, reformando-se o acórdão recorrido para reconhecer a impossibilidade de ser dado prosseguimento à execução, em razão da consumação, no caso dos autos, da prescrição da pretensão executória" (fl. 330e).

Contrarrazões, a fls. 355/359e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 361e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de "agravo de instrumento manejado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE contra decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco que, em sede de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, homologou a habilitação processual dos sucessores do exequente falecido Eurico Dias de Lima" (fl. 147e).

Negado provimento ao Agravo de Instrumento, pelo Tribunal **a quo**.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

De início, verifica-se que a parte recorrente não demonstrou no que consistiu a suposta ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/73, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Com efeito, não basta a parte recorrente enumerar diversos artigos de lei que supostamente teriam sido omitidos pelo acórdão recorrido, é indispensável indicar, além dos dispositivos infraconstitucionais e das respectivas teses omitidas, a relevância delas, se fossem analisadas pelo Tribunal de origem, à solução da controvérsia.

Nesse sentido:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NAS RAZÕES RECURSAIS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. PROTEÇÃO DO ART. 833 DO CPC/2015.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão incorreu em omissão, contradição ou obscuridade. Aplica-se à hipótese o óbice da Súmula 284 do STF.

Precedentes: REsp 1.595.019/SE, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 9/5/2017; AgInt no REsp 1.604.259/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/9/2016.

2. Há entendimento firmado do Superior Tribunal de Justiça de que "é possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda" (REsp 1.330.567/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 19/12/2014).

3. Recurso especial do qual se conhece parcialmente e, nessa extensão, nega-se-lhe provimento" (STJ, REsp 1.710.162/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018).

Além disso, ainda que tal óbice sumular pudesse ser afastado – o que não é o caso, registra-se desde já –, cumpre asseverar que, ao contrário do que ora se sustenta, não houve violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram, fundamentadamente e de modo completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

Assim, o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a exata compreensão e resolução da controvérsia, não havendo falar em descumprimento aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015.

Nesse contexto, **"a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015"** (STJ, REsp 1.669.441/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Ademais, não se presta a via declaratória para provocar prequestionamento, se ausentes omissão, contradição ou obscuridade no julgado (STJ, AgRg no REsp 1.235.316/RS, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 12/05/2011).

Lado outro, a Corte Federal, ao analisar a controvérsia, asseverou que "no caso presente, já existem valores depositados em nome do falecido, ou seja, em nome do exequente Eurico Dias de Lima. Desse modo, não se cuida de discussão acerca da prescrição para habilitação de sucessores. Em verdade, a questão frequenta tão só a seara de inventário e partilha (se o caso). Dito de outra forma, não há falar em consumação de prazo prescricional para que os sucessores do falecido exerçam sua pretensão executória, de modo a perseguir a satisfação de seu direito consagrado em título judicial transitado em julgado. O caso, diferentemente, concerne à simples habilitação para a percepção de créditos já depositados, porquanto já ultimada a fase de execução (cumprimento de sentença, na dicção do legislador)" (fl. 148e).

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de

liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Além disso – e a título meramente ilustrativo –, registra-se que a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que **a morte de uma das partes tem como consequência a suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores da parte, não ocorre a prescrição.**

A propósito, os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. **FALECIMENTO DA PARTE EXEQUENTE. HABILITAÇÃO DE HERDEIRO. AÇÃO PROPOSTA POR SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INOCORRÊNCIA.** LEGITIMIDADE DO SINDICATO.

1. Constata-se que não se configura a ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. **O STJ sedimentou compreensão no sentido de que a suspensão do processo por óbito da parte exequente suspende também o curso do prazo prescricional da pretensão executiva, observando-se que, por não existir previsão legal de prazo para a habilitação dos sucessores, não se pode presumir lapso máximo para a suspensão.** Nesse sentido: AgRg no AREsp 523.598/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 15.8.2014; AgRg no AREsp 282.834/CE, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 22.4.2014; AgRg no AREsp 387.111/PE, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 22/11/2013).

3. Ademais, o STJ possui entendimento de que é razoável considerar que o sindicato possui legitimidade ativa para substituir a pensionista diante da natureza do vínculo que a pensão gera em relação à viúva do servidor, devendo esta ser incluída, portanto, na categoria representada pelo sindicato, sendo desnecessária sua efetiva filiação à entidade. Precedentes: REsp 1.276.388/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/11/2011; AgRg no REsp 1.224.482/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira

Turma, DJe 15/10/2015.

4. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.827.745/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/10/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA. FALECIMENTO DO ADVOGADO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A morte de uma das partes ou mesmo do procurador tem como consequência a suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores da parte ou da regularização da representação processual, não ocorre a prescrição. **Precedentes.**

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.334.188/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/02/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ÓBITO DA PARTE AUTORA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL ATÉ HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Nos termos dos arts. 265, I, e 791, II, do CPC, a morte de uma das partes importa na suspensão do processo, razão pela qual, na ausência de previsão legal impondo prazo para a habilitação dos respectivos sucessores, não há falar em prescrição intercorrente. Estando o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência do STJ, incide o óbice da Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.485.127/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/02/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora